

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA NOVOS RUMOS - 2013

I. APACs

Dados apurados, em dezembro de 2013, mostram que 1.882 recuperandos cumprem pena nos 34 (trinta e quatro) Centros de Reintegração Social das Associações de Proteção aos Condenados (Apacs) em funcionamento no Estado de Minas Gerais, o que representa 84,74% de ocupação das vagas disponíveis nas mesmas. Foram realizados 2.443 atendimentos a recuperandos nessas Apacs.

Existem outras 63 Apacs sendo implantadas em Minas, em diferentes fases de implantação.

No último dia 16/12, foi assinado convênio com a Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds) para a construção de 6 (seis) novos Centros de Reintegração Social (CRS) em 2014, nas comarcas de Alfenas, Barbacena, Itabirito, Manhumirim, Montes Claros, Tupaciguara e Uberlândia.

Foram realizados 3 (três) cursos para gestores, com a participação de cerca de 200 pessoas, 3 (três) seminários, 2 (dois) cursos para magistrados, com a adesão de mais de 100 juizes 1 (um) curso para recuperandos, 1 (uma) audiência pública e 1 (um) Ciclo de Palestras.

Foi dada continuidade às parcerias com o Instituto Minas pela Paz para a formação em ensino fundamental e capacitação profissional de recuperandos das Apacs de Itaúna, Nova Lima, Lagoa da Prata, Machado, Perdões e Ituiutaba. Também o Projeto Retomada, em parceria com a Brisa Consultoria, Cômcast Engenharia e Escola Estadual Professor Leon Renault, continua a ser realizado na Apac de Santa Luzia, com a finalidade de promover a alfabetização e conclusão do ensino fundamental básico (até 4ª série) dos recuperandos da Apac de Santa Luzia, tendo possibilitado a cerca de 50 recuperandos a certificação.

Está em andamento a IV Campanha Natal Especial nas Apacs, uma iniciativa em parceria com os diretores de Foros das comarcas e com o Grupo Servidor Solidário, que possibilita o apadrinhamento dos filhos (0 a 12 anos) de recuperandos das APACs, com a distribuição de presentes, brinquedos, roupas, durante uma confraternização local, com a participação da família forense, comunidade, recuperandos e seus familiares.

Em parceria com o Instituto Minas Paz e a Fundação AVSI, vem sendo realizado o Projeto Além dos Muros, com a capacitação de 75 funcionários em gestão de negócios e 200 recuperandos nas APAC's.

A proposta de trabalho realizado pelo Programa Novos Rumos, em especial, o método Apac, foi apresentada a gestores envolvidos com a Execução Penal do Estado do Espírito Santo, em duas visitas significativas a Minas Gerais. A programação inclui reunião de trabalho na sede do Programa Novos Rumos e visita a uma unidade de Apac localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com esse mesmo objetivo, recebeu também a equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visitou a Apac de Santa Luzia.

Também os 96 candidatos a juizes, participantes do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura Mineira, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) visitaram a Apac de Itaúna.

O Método Apac foi apresentado a membros da União Europeia e representantes da América Latina durante o Encontro Eurosocial, na Argentina. Na oportunidade foi defendida a ideia de três Apacs – Itaúna, Pouso Alegre e Santa Luzia – receberem as técnicas penitenciárias do Cooperativa Giotto, de Pádova, na Itália, e do Centre d'Iniciatives per a la Reinserció (Cire) de Barcelona, na Espanha, para o desenvolvimento

de três unidades prisionais voltadas à capacitação do preso para o trabalho e sua colocação no mercado. As unidades europeias, em contrapartida, seriam capacitadas com os elementos do Método Apac.

O Novos Rumos coordenou as visitas da Missão Eurosocial I e Missão Eurosocial II, formadas de embaixadores e representantes dos Estados Membros da União Europeia, com extensa programação que incluiu workshop, visitas a Apacs, ao CNJ, ao Depen e reunião com empresários da Fiemg. A União Européia vêm sendo parceira no desenvolvimento das Apacs em Minas, por meio de projetos coordenados pela Fundação italiana AVSI.

II. PAI-PJ

O Núcleo Supervisor do PAI-PJ acompanha 1.758 casos. Contamos hoje com cinco núcleos instalados: Núcleo Regional de Belo Horizonte (265 casos), Núcleo Regional de Barbacena (78 casos), Núcleo Regional de Itaúna (35 casos), Núcleo regional de Divinópolis (32 casos), Núcleo regional de Teófilo Otoni (65 casos), Núcleo regional de Ipatinga (82 casos) e núcleo regional de Governador Valadares (74 casos). Além destes, foram identificados pela Coordenação do Novos Rumos mais 1127 casos, que estão sendo objeto de estudos do PAI-PJ.

A metodologia do PAI-PJ se afirmou durante o ano ao participar de diversos encontros: - Saúde Mental e Sistema Prisional e Encarceramento Feminino em Brasília; Reorientação dos hospitais de custódia, no Pará; medida de segurança e periculosidade, na Bahia; sobre as drogas e sistema prisional, na Escola Nacional de Magistratura no Espírito Santo; - Pensando a aplicação da Lei 10.216/01 as medidas de Segurança no Paraná; Seminário para os Comunicadores sobre o tema da periculosidade realizado pela Ascom do TJMG; Qualificação de Profissionais que atuam nos núcleos regionais do PAI-PJ, de Itaúna, Divinópolis e Teófilo Otoni.

Durante o Mutirão Carcerário, foram detectadas em prisões 178 pessoas cumprindo medidas de segurança, tratamento estabelecido em casos de portadores de sofrimento mental que praticaram atos definidos como crimes. Destes, 98 casos já tiveram solução – 18 pessoas foram encaminhadas para unidades hospitalares adequadas e as demais passarão a cumprir a medida no modelo ambulatorial ou foram considerada aptas para retornar ao convívio social. Os outros 80 casos estão sendo analisados.

III. GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas e de Segurança de Minas Gerais

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas e de Segurança faz o acompanhamento dos casos de irregularidades no sistema penitenciário e de medidas de segurança e sócio-educativas no Estado de Minas Gerais.

Foram monitoradas vagas, transferências e situações irregulares de presídios, penitenciárias, estabelecimentos de internação, acautelamento e manicômios judiciários. Ao todo foram iniciados e encerrados 770 procedimentos, devidamente relatados, após o derradeiro encaminhamento, comunicando-se aos órgãos envolvidos à medida que ocorriam as demandas.

Em 2013, foram realizadas inspeções carcerárias em 14 unidades prisionais, sendo 1 em Belo Horizonte; 2 em Montes Claros; 1 em Itaúna; 1 em Inhapim; 1 em Ipaba; 1 em

Francisco Sá, 1 em Porteirinha, 1 em Ipatinga; 1 em Timóteo; 1 em São Francisco do Paraíso, 1 em Passos, 1 em Cássia, 1 em Coronel Fabriciano e 1 em Muzambinho.

As inspeções carcerárias geraram 14 termos de inspeções, onde foram relatadas as situações de cada unidade prisional, dos presos e feitos os devidos encaminhamentos para solução de possíveis problemas.

Foi criado o Mutirão Carcerário Permanente, com a PORTARIA CONJUNTA TJMG/SEDS/PCMG/AGE/PGJ/DPMG/FBAC Nº 01/2013, do Tribunal de Justiça, Secretaria de Estado de Defesa Social, Polícia Civil de Minas Gerais, Advocacia-Geral do Estado, Defensoria Pública e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, que instituiu procedimento de cooperação permanente e coordenada para análise da situação de todas as pessoas presas em Minas Gerais, a fim de verificar a legalidade da manutenção de prisões provisórias e definitivas.

Foi criado o Projeto Saque do FGTS para Presidiários, que tem como parceiros o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Caixa Econômica Federal, (CEF) o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Programa Novos Rumos e a Secretaria de Defesa Social (Seds).

O projeto piloto foi implantado em julho, na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem.

Em sintonia com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas do CNJ foram criadas metas as quais estão sendo desenvolvidas em Minas Gerais, sob a responsabilidade do GMF, a saber:

Meta 1 - Realização de mutirão em medidas de segurança/Criação de rede de atendimento.

Durante o Mutirão Carcerário 2013, foram detectadas em prisões 178 pessoas cumprindo medidas de segurança, tratamento estabelecido em casos de portadores de sofrimento mental que praticaram atos definidos como crimes. Destes, 98 casos já tiveram solução – 18 pessoas foram encaminhadas para unidades hospitalares adequadas e as demais passarão a cumprir a medida no modelo ambulatorial ou foram considerada aptas para retornar ao convívio social. Os outros 80 casos estão sendo analisados.

Meta 2 - Programa de atenção à mulher encarcerada.

Meta 3 - Criação e incentivo de Conselhos da Comunidade.

Meta 4 - Intensificação das ações do Projeto Começar de Novo. (Vide item IV)

Meta 5 - Acompanhamento do processo de gestão de varas.

O Programa Novos Rumos presta apoio ao Programa Gestão de Primeira, da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais, que tem, entre outros objetivos, o de padronizar rotinas de trabalho e procedimentos nas secretarias de juízo, serviços auxiliares e juizados especiais, com abrangência em todo o Estado.

Há, atualmente, 33 Instruções Padrão de Trabalho (IPT's) de padronização das rotinas de trabalho das unidades judiciais com competência para execução penal. O uso das IPT's é obrigatório nas secretarias de juízo das unidades que tenham competência para execução penal. Em Minas Gerais existem cerca de 60 varas, a padronização foi iniciada em fevereiro de 2013, na Capital, com adoção gradativa das IPT's em todo o Estado.

O programa foi criado para atender à Meta 5, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa implantar método de gerenciamento de rotinas, gestão de processo de trabalho nas unidades judiciárias de 1º grau. A medida também atende às metas 5 e 6 do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária de Minas Gerais, que tratam da fiscalização do cumprimento de penas e gestão das varas.

Após a implantação do Programa Gestão de Primeira, O Programa Novos Rumos realiza

na comarca um mutirão carcerário para solução dos problemas mais graves e atendimento à meta 7 do GMF.

Meta 6 - Auxílio na fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas.

Foi assinado o Termo de Cooperação Técnica – Convênio 165/2012, entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Defesa Social, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública de Minas Gerais, que tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à cooperação para correta e efetiva aplicação e monitoramento das penas e medidas alternativas e o acompanhamento de egressos do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais, nos termos propostos em lei, concretizando as condições institucionais necessárias ao monitoramento das penas e medidas substitutivas e a inclusão social dos egressos do sistema prisional.

Foi assinado convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais para a criação de Centrais de Penas Alternativas nas comarcas de Araguari e de Vespasiano. Núcleos semelhantes já foram instalados em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberaba e Uberlândia.

O Programa Central de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), da Secretaria de Defesa Social vem monitorando cerca de 8 mil casos de penas ou medidas alternativas, em todo o Estado. Foram formados 19 grupos temáticos de gênero (para crimes contra a mulher, domésticos e intrafamiliar), abrangendo 336 usuários; 50 grupos temáticos de trânsito, alcançando 1.105 usuários; 53 grupos temáticos sobre drogas, alcançando 970 usuários; e 6 grupos temáticos de meio ambiente, atingindo 98 usuários, totalizando 2.509 contemplados. O programa é voltado para quem é condenado em penas de até quatro anos em crimes cometidos sem violência e os oriundos do juizado.

O objetivo da Ceapa é estimular o caráter educativo da sentença e impedir a reincidência. As penas alternativas podem ser adotadas em casos como crime ambiental, desacato, crime de trânsito, ameaça, lesão corporal leve, porte ilegal de armas e maus tratos.

Na Comarca de Belo Horizonte, na Vara de Execuções Criminais (VEC), há o Setor de Fiscalização das Penas Substitutivas. O setor recebe o cadastro de entidades parceiras interessadas em receberem os sentenciados para prestação de serviços, encaminha-os, acompanha e fiscaliza o cumprimento das penas que também podem ser convertidas em multas. Setores semelhantes estão sendo criados nas comarcas de Nova Lima e Divinópolis.

Meta 7 - Organização de mutirões carcerários anuais. (Vide Item V)

Meta 8 - Programas de atenção ao preso provisório e eficácia das medidas cautelares.

Foi criada a Central de Recepção de Flagrantes (Ceflag), em funcionamento desde fevereiro de 2013, órgão responsável por processar as prisões em flagrante ocorridas na comarca de Belo Horizonte, a partir do recebimento dos autos de prisão, enviados pelas delegacias da cidade.

A Ceflag é resultado de uma parceria entre TJMG, Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Civil e está regulamentada pela Resolução Conjunta 174, de 14 de janeiro de 2013, e pela Portaria 2.548/CGJ/2013.

O objetivo é garantir atendimento imediato ao preso e o encaminhamento individualizado, o que permite a identificação de peculiaridades que possam subsidiar a definição de providências judiciais e administrativas.

A Ceflag funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h (Distribuidor) e das 12h às 18h (Secretaria Judicial), na rua Além-Paraíba, 31, Lagoinha, Belo Horizonte/MG - Telefone: 2129-8112.

A Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) implantou o Sistema de Monitoração Eletrônica de Presos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as primeiras tornozeleiras eletrônicas no sistema prisional de Minas Gerais. Atualmente 321 indivíduos são monitorados, sendo 136 pela Lei Maria da Penha, entre agressores e vítimas. Os contemplados com as tornozeleiras cumprem determinação das Varas de Execução Criminal de Belo Horizonte, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo.

Inicialmente, 50 equipamentos foram colocados em detentos que cumpriam penas por roubos e furtos em regime aberto pela Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte. A expectativa é de que até o final de 2013 o número de equipamentos implantados chegue a 814. Os detentos que usam a tornozeleira tem uma rota marcada, locais onde podem frequentar e são presos em caso de violação.

Meta 9 - Programa de atenção ao preso estrangeiro

IV. Começar de Novo

O objetivo do programa Começar de Novo, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é promover a cidadania e reduzir a reincidência de crimes. Por meio da sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil, são fornecidos postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário.

De acordo com o Portal Oportunidades do CNJ, das 10.162 vagas de empregos propostas, 5.923 foram preenchidas. Há também cerca de 6 mil presos estudando.

Em Minas Gerais, o Programa Novos Rumos é responsável pelo desenvolvimento do Começar de Novo, o que vem sendo feito em parceria com o Instituto Minas pela Paz, por meio do Programa Regresso.

Foram desenvolvidas atividades com detentos das APACS com aplicação de cursos de educação básica, nos ensinos fundamental e médio, através do SESI/MG e cursos de qualificação profissional e formação para o trabalho em parceria com o SENAI/MG no total de 370 atendimentos.

Foram inseridos no mercado formal de trabalho 137 egressos do sistema prisional, incluindo-se aqui ex-recuperandos das APACs. Foram feitos 109 atendimentos; criadas 9 unidades produtivas em Apacs. Foram realizados 132 cursos, entre Qualificação Profissional, Aprendizagem Industrial, Educação Continuada, EJA Ensino Médio e EJA Ensino Fundamental.

V. Grupo de Cooperação Judicial

Houve cooperação judicial nas comarcas de Igarapé (710 processos), Boa Esperança (21 processos), Coronel Fabriciano (62 processos), Uberlândia (161 processos) e Araguari (12 processos), totalizando 1.446 feitos.

Foi realizado o Mutirão Carcerário, oportunidade em que foram analisados 51.198 nomes de presos, oriundos de 303 unidades prisionais, tendo sido processados 13.601 benefícios de presos sentenciados e 14.708 pendências de presos provisórios. Desse total de 51.198, 43.821 são de nomes de presos que estão em 133 unidades prisionais administradas pela SUAPI da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), tendo sido processados 11.986 benefícios pendentes de presos sentenciados e 13.068 pendências de pesos provisórios.

Nas 136 unidades prisionais sob a responsabilidade da Polícia Civil de Minas Gerais, foram analisados 5.538 nomes, tendo sido processados 1.494 benefícios de presos

sentenciados e 1.614 pendências de presos provisórios.

Já nas 33 Associações de Proteção aos Condenados (Apacs) foram analisados 1.839 nomes, tendo sido encontradas 300 pendências de presos sentenciados e 26 de presos provisórios.

Para os presos condenados, foram deferidas 1.904 progressões de regime, 372 prisões domiciliares, 400 livramentos condicionais, 84 indultos, 192 penas extintas, 60 conversões de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos, 92 cadastros de guias, 3.196 transferências de guias, 276 concessões de liberdade.

A análise dos processos de presos provisórios resultou em 4.026 réus sentenciados, 1.785 designações de Audiências de Instrução do Jpúri, 1.328 liberdades concedidas e 1.299 instruções encerradas.

Relativamente às Medidas de Segurança, foram analisados 98 feitos, dos quais, 38 aguardando realização de exames de sanidade; 24 nada a prover; 15 de exames médicos realizados; 11 de desinternações de pacientes judiciários; 4 indultos deferidos; 4 de transferência para a Fhemig e 2 de transferência para o Centro de Apoio Médico Pericial (Camp/Seds).

O Grupo de Cooperação Judicial realizou, até setembro de 2013, 490 Sessões de Julgamento pelo Tribunal do Júri nas Comarcas de Belo Horizonte, Santa Luzia, Vespasiano, Ibirité, Ribeirão das Neves, Contagem, Montes Claros e Igarapé.

Convênios interinstitucionais celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, O Estado de Minas Gerais (SEDS), Ministério Público, Defensoria Pública e instituições de ensino superior, viabilizam a realização das Sessões de Julgamentos previstas.

Além de todas as tarefas, em forma de cooperação são conhecidos e decididos todos os processos relativos aos aproximadamente 140 presos que cumprem pena na APAC de Santa Luzia. A experiência busca o aprimoramento permanente das ações do programa, sua proximidade com a metodologia, seus desafios e resultados, buscando que o Magistrado que por aqui passe conheça bem esta metodologia, e seja sempre um embaixador permanente do que se desenvolve ali.

De fevereiro a setembro de 2013, foram realizadas em Santa Luzia 81 audiências, proferidas 140 decisões e despachos relativos a condenados que ali cumprem pena, sendo que todos os despachos, publicações e intimações ficam por conta da equipe de apoio do Programa Novos Rumos.